

MIGRAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

DESCONSTITUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO

LABORAL DE TRABALHADORES RURAIS

*José Gilberto de Souza**

*Wirley Jerson Jorge**

*José Jorge Gebara**

A luta pela terra no Brasil revela uma situação de busca de fixação no território que se consolida como negação da impositiva desterritorialização da força de trabalho rural/urbana promovida pelos processos excludentes de modernização da agricultura e crescimento urbano/industrial ocorridos nos últimos anos.

A negação se estabelece como sentido de cercar um processo que obriga mulheres e homens a conduzirem-se sobre territórios sem a possibilidade de construírem algo mais do que as representações espacializadas do desenvolvimento capitalista: expressas nas monoculturas que tombam pelos esforços de seus braços no corte da cana, ou pelos plantios e colheitas da laranja, do amendoim e do algodão, e também expressas na construção civil como "reduo urbano" da força de trabalho que migra.

A fixação destes homens e mulheres é a construção da representação de lugar, que se estabelece com a efetiva apropriação do território - o que não necessariamente implica em uma dimensão de propriedade privada - como espaço de vida nova, conduzida por novas práticas sócio-espaciais.

Esta travessia, esta transformação do território em lugar, rompendo com a dimensão do estranhamento, é representada pelos assentamentos rurais, que acabam por reunir oportunidades de práticas espaciais autônomas e cidadãs.

Este artigo apresenta resultados da pes-

quisa "Avaliação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA - 1995-1996" ¹ (Jorge, W. J. et al. 1999), realizada em dez estados da federação onde foram entrevistados 888 assentados, no período de maio de 1996 a fevereiro de 1997, que obtiveram aprovação de projetos técnicos junto ao PROCERA, no ano de 1993. O interregno de tempo (1993 - 1996/97) está relacionado ao período médio de maturação dos projetos e início das suas amortizações após 2 anos de carência. Este texto apresenta reflexões mais incisivas acerca da importância da migração e do acesso a terra na constituição e desconstituição laboral de trabalhadores rurais.

Os dados da pesquisa revelam, na análise dos perfis dos assentados, a trajetória de vida como migrante e assentado rural, constituindo práticas laborais, diferenciadas, no processo de luta pela vida e formação cidadã.

Destaca-se que tais perfis são determinantes na trajetória de desenvolvimento do assentamento e da unidade de produção, uma vez que experiências laborais refletem a capacidade de produção e sobrevivência do assentado. A análise aponta para as estratégias de formação da força de trabalho pelo embate empírico da luta pela sobrevivência, constituindo novos fazeres como elementos de resistência. Via de regra, afirma-se que produtores com origem mais direta do campo tendem a ter melhores desempenhos

produtivos, em relação aos que sofreram processos de desruralização. No entanto, quando esta migração rural-urbana esteve acompanhada de vivências diferenciadas da trajetória inicial, muito decorrentes de experiências de sindicalização, escolarização formal e não formal e ou organização social e religiosa, entre outras instâncias de formação, o desempenho produtivo também se revela extremamente significativo.

O PERFIL DO ASSENTADO RURAL

Muitas vezes os fatores determinantes no perfil dos assentados rurais e na diferenciação social existente são relativos ao conhecimento integral de processos produtivos, em que o fator migratório, normalmente, fragmenta e os distancia das práticas culturais agrícolas, o que deve, ainda, ser associado às oportunidades de processarem informações e obterem habilidades no processo de produção.

Por outro lado, a constituição de novos fazeres representa um mecanismo de sustentabilidade econômica e forma de manutenção da estrutura familiar na unidade de produção, que deve ser relacionada à faixa etária, sexo, estado civil, composição familiar e à história ocupacional dos assentados, marcada pela migração, determinante na busca de fixação e êxito no campo, na constituição de um "seu lugar".

Faixa etária

Os assentados titulares formam uma população com predomínio de idade no intervalo de 41 a 60 anos (57,72%). Os jovens (até 30 anos) são poucos: apenas 2,70% e têm percentual inferior aos idosos (idade superior a 60 anos), que participam com 15,44%. (Tabela 1).

O direcionamento de políticas de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária deve levar em consideração o perfil de maturidade da população, uma vez estar relacionada às possibilidades de inovação no processo de produção e organização social. Há maior resistência às mudanças em populações maduras e velhas, do que em jovens. E os dados da pesquisa mostram o envelhecimento do público assentado, articulando-se à pesquisa do Censo da Reforma Agrária realizado pelo INCRA/UnB (Todorov, 1997), ao demonstrar que grande parte dos agricultores que demandam por terra encontra-se em um patamar etário superior a 35 anos o que vincula parte de sua vida ao setor rural.

O fato de termos passado por pouco mais de 40 anos do intenso processo de urbanização brasileira, promovido a partir de meados dos anos 1960, quando comparado ao perfil etário da população assentada que concentra, nas faixas superiores aos 41 anos, 73,16% da população entrevistada, serve de evidência que a grande maioria dos trabalhadores não é originariamente urbana, tem identidade rural e que retornou ao campo objetivando ocupar nele uma nova condição que não seja exclusivamente a de trabalhador assalariado rural.

Idade da população

As informações sobre as faixas etárias da população total da amostra nas áreas pesquisadas estão na Tabela 2. O perfil dos assentados titulares (Tabela 1), com idade superior a 40 anos reúne 73,16%, no entanto esta população, no conjunto do assentamento, atinge 29,58% (Tabela 2).

Apesar dos titulares dos lotes apresentarem reduzida participação nos estratos etários classificados como população jovem (2,70%), ao analisar a idade do con-

Tabela 1 - Titular - Faixa etária

Classe de Idade (anos)	Total	% sobre o Total
Até 30	24	2,70
De 31 a 40	214	24,14
De 41 a 50	278	31,22
De 51 a 60	235	26,50
De 61 a 70	105	11,81
> 70	32	3,63
Total	888	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

Tabela 2 - População - Faixa etária

Faixa Etária (anos)	% Sobre o Total
0-9	5,59
10-19	30,93
20-29	19,05
30-39	14,85
40-49	13,37
50-59	10,44
60-69	3,95
70-79	1,51
> 80	0,31
Total	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

Tabela 3 - Titular - Sexo

Sexo	Total de Entrevistados	% Total
Maculino	834	93,92
Feminino	54	6,08
Total	888	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

Tabela 4 - Titular - Estado Civil

Estado Civil	Total de Entrevistados	% Total
Casado	719	81,01
Desquitado	97	10,89
Solteiro	43	4,81
Viúvo	29	3,29
Total	888	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

junto de pessoas assentadas verifica-se a participação significativa desta faixa etária, com aproximadamente 50% da população entre 10 e 29 anos. Um fator a ser considerado, tendo em vista a capacidade de força de trabalho existente, é a necessidade de gerar políticas públicas de capacitação e absorção desta mão-de-obra nos próprios assentamentos. Tais políticas devem apontar para processos de agroindustrialização da produção na agricultura (verticalização do processo) para as quais esta população tem apresentado interesse em desenvolvimento. A mudança de estratégia laboral é fundamental nos assentamentos, representando uma perspectiva de permanência e manutenção da unidade de produção.

Sexo

Nos chefes de família há o predomínio absoluto do sexo masculino, com 93,92% do total, como detalhado na Tabela 3.

No entanto, em São Paulo e Bahia, estados com o maior número de mulheres responsáveis pelo crédito e organização da produção, verifica-se a inexistência de diferenças de desempenho produtivo e econômico em suas unidades. Este quadro não é diferente no interior de alguns estados nordestinos, em que ocorre a migração do chefe de família (quando do sexo masculino - em maior número) para atuar nas culturas da cana-de-açúcar no estado do Rio de Janeiro e no norte do estado de São Paulo, ou mesmo nas áreas urbanas das capitais nordestinas, fazendo com que as mulheres assumam todas as responsabilidades de condução da atividade agrícola na unidade de produção, demandando pela inclusão de processos de produção que levem em conta a mão-de-obra feminina, particularmente, no incremento de processamentos agroindustriais e artesanais.

Estado civil

Os casados participam com 81,01% do total, sendo o restante composto por desquitados (10,89%), solteiros (4,81%) e viúvos (3,29%) (Tabela 4). Estes dados refletem a base da categoria social de agricul-

Tabela 5 - Composição familiar - número de pessoas/família

Nº de Pessoas	Nº de Famílias	% sobre Total
1	25	2,87
2	46	5,15
3	86	9,70
4	154	17,47
5	162	18,24
6	142	16,03
7	98	11,05
8	55	6,16
9	46	5,15
10	28	3,12
11	20	2,28
12 a 24	26	2,78
Total	888	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

tores familiares e permitem inferir sobre significativa presença do núcleo familiar, que constitui o núcleo laboral das unidades de produção, repercutindo sobre as demandas por equipamentos sociais públicos.

Composição familiar

A pesquisa identificou lotes ocupados no mínimo por uma e no máximo por 24 pessoas, sendo que os núcleos familiares formados por 3 a 7 membros perfazem 72,49% da população pesquisada, com uma densidade média de 5,69 pessoas por unidade de produção.

A Tabela 5 apresenta a distribuição

percentual de famílias de acordo com o número de componentes.

No que se refere às composições médias familiares, os maiores valores estão nos estados de Amazonas (6,24 pessoas/família), Ceará e Sergipe com 6,11. Esses indicadores e juntamente com os do Paraná (5,92), Mato Grosso do Sul (5,73) e Bahia (5,72) estão acima da média geral (5,69) e o menor índice encontrado foi no Rio Grande do Sul com média de 4,76 pessoas/família. (Tabela 6).

A composição da taxa de dependência da família (número de membros que não trabalham em relação aos que trabalham) acaba sendo um fator importante quando

Tabela 6 - Composição média familiar por estado

Estado	Nº de Pessoas/Família
Amazonas	6,24
Bahia	5,72
Ceará	6,11
Mato Grosso do Sul	5,73
Paraná	5,92
Rio Grande do Sul	4,76
Rondônia	5,27
Santa Catarina	5,37
São Paulo	5,28
Sergipe	6,11
Brasil	5,67

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

se analisa a agricultura familiar, em que a unidade de produção tem como base econômica e vantagem comparativa a força de trabalho, mas, implica em dizer, também, que famílias com significativo percentual de pessoas em faixas etárias muito reduzidas (menores de 14 anos) encontram dificuldades na sua manutenção, dada a redução de braços disponíveis para o trabalho.

Nestes casos, o excedente agrícola é reduzido, sobretudo, quando os indicadores de adoção de tecnologias² e, por sua vez, de produtividade são baixos, fragilizando o processo de evolução econômica da unidade no que diz respeito à produção e à renda, que passam a depender de mecanismos externos à unidade de produção. Esta taxa de dependência também é fator significativo, *vis a vis* às flutuações do mercado e enfrentamento de oligopólios presentes no setor, que subordinam os produtores rurais nos processos de comercialização, principalmente nos períodos de redução da produção e por sua vez da renda agrícola. Um processo que acaba por exigir o desempenho de atividades externas, permanentes ou temporárias, na complementação de renda das unidades familiares. Atividades externas que se constituem em habilidades profissionais novas ou na retomada de atividades adquiridas ao longo da trajetória de migração rural-rural/urbana.

No caso dos assentamentos rurais o tamanho da família e a taxa de dependência determinam a capacidade de acumulação da unidade de produção.

A taxa de dependência média encontrada nos assentamentos foi de 1,7 pessoa por unidade de produção, incluindo crianças de até 14 anos de idade, idosos acima de 65 anos e pessoas com invalidez. A taxa apresentou-se extremamente baixa, tendo em vista o número médio de moradores por unidade familiar (5,69), reforçando a necessidade de apoio à estrutura familiar dado o alto índice de pessoas capacitadas ao trabalho e em período de efetiva produtividade. Tal indicador oferece evidências da demanda por políticas de integração produtiva desta população, direcionadas principalmente aos jovens com mais de 15 anos de idade, ampliando as rendas destas famílias e reforçando a necessidade de

programas, como o Bolsa Escola, para coibir a incorporação de faixas etárias menores (infantis) ao trabalho. Tais políticas devem ser priorizadas principalmente nos estados do nordeste em que os índices resultam entre os mais elevados, uma vez que a taxa média de dependência nesta região atinge o patamar de 2,4 pessoas/família.

Educação formal e não formal

Entre os titulares responsáveis pela condução dos processos produtivos, 25,3% eram analfabetos e o perfil de escolarização indica que 34,7% frequentaram o ensino fundamental incompleto, 23,2% o ensino fundamental completo e apenas 16,8% atingiram o ensino médio, sendo que apenas 2,7% concluíram e 95% destes se concentram nos estados sulistas.

Dentre os cursos não formais, predominam os de técnicas agrícolas com 73,36% (Tabela 7). Acrescidos os cursos que versaram sobre cooperativismo, associativismo, dirigente sindical, administração da empresa agrícola, apoio e reciclagem, comercialização e políticas agrícolas, que não deixam de estar vinculados à melhoria do empreendimento pro-

ductivo, o percentual se eleva para 90,39%, indicando que os assentados estão preocupados na apreensão de novos conhecimentos técnicos, mas ainda distantes da incorporação de processos produtivos não agrícolas.

Há, portanto, receptividade para cursos de atualização produtiva que porventura possam vir a ser oferecidos. Os dados também revelaram a ausência de equipamentos sociais públicos como escolas e centros comunitários, que são necessários à elaboração destas atividades formativas e principalmente frente à demanda por ensino fundamental e médio em decorrência do grande número de crianças e jovens nos assentamentos.

A análise dos cursos não formais indica que aqueles relacionados ao gerenciamento da produção e comercialização concentram-se nos estados do Sul e os cursos técnicos de produção, no restante do país, revelando a diferenciação social dos agricultores, pois os assentados da região Sul apresentam uma trajetória histórica da colonização e formação de uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades, da qual a maior parte é oriunda.

A participação em cursos permite infe-

Tabela 7 - Cursos assistidos pelos assentados

Cursos Assistidos	% Sobre o Total
Técnicos agrícolas	73,36
Apoio e reciclagem	4,98
Cooperativismo	3,36
Alimentação, primeiros socorros e saúde	3,13
Associativismo	2,90
Dirigente sindical	2,78
Administração da empresa rural	2,20
Alfabetização e técnicas de escritório	1,62
Formação política	1,27
Comercialização e política agrícola	0,81
Outros não especificados	1,27
Curso de alfabetização	0,23
Ensino Fundamental menor (até 4º ano)	0,70
Ensino Fundamental maior (até 8º ano)	0,35
Ensino Médio	1,04
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

rir sobre a mudança do padrão laboral dos assentados através da reformulação de seu perfil técnico-produtivo nos casos em que o processo de desruralização foi mais acentuado. A participação é mais incisiva naqueles direcionados ao processo produtivo, muito característico do estado de São Paulo marcado pela concentração de trabalhadores rurais volantes que intercalaram sua trajetória ocupacional com atividades urbanas, ou de estados com perfil tecnológico extremamente baixo, particularmente os estados do nordeste, norte e centro-oeste, em que o índice de escolaridade é também reduzido.

Os assentados da região Sul apresentaram a realização de cursos de capacitação profissional direcionados ao

gerenciamento da produção e da comercialização, revelando um perfil técnico-produtivo mais consolidado, concentrando preocupações em aspectos relacionados ao processamento e ao mercado.

Em análise comparativa, Gracioli et al. (1998) verificaram que o nível tecnológico da produção agropecuária no estado do Rio Grande do Sul é superior ao de São Paulo, podendo ser associado os seguintes indicadores como elementos explicativos: os índices de alfabetização são 88% e 65%, respectivamente, sendo que no estado sulista 47% atingiram o ensino médio e em São Paulo apenas 13% dos assentados o fizeram; a formação técnico-produtivo atinge patamares de 88% no Rio Grande do Sul e 65% em São Paulo e,

quanto à origem, 89,5% dos assentados no primeiro estado são de origem exclusivamente rural e, no segundo, apenas 72% e dentre os últimos parcela significativa como assalariado rural e não efetivamente como agricultor. É neste sentido, que reafirmamos o perfil de capacitação e demanda por formação laboral como representativo da trajetória de vida, de suas experiências migratórias e de produção.

MIGRAÇÃO E MUDANÇA LABORAL

Origem dos assentados

Os assentados compõem um conjunto importante de migrantes. Na análise, foram identificados beneficiários do programa de reforma agrária oriundos de 21 estados, excetuando apenas Piauí, Tocantins, Acre, Roraima e Amapá, permitindo uma clareza sobre a territorialização da questão agrária no país.

A Tabela 8 mostra que o estado da Bahia representa o local de origem de 17,05% dos assentados. Os estados da região Sul, com maior número de pessoas de origem rural, reúnem 36,21% do total de assentados, reafirmando as teses de esgotamento das unidades familiares na reprodução de sua prole e determinando a demanda por uma política consistente de Reforma Agrária, no estado de origem ou para onde migra este contingente.

Tabela 8 - Estado de origem do entrevistado

Unidade da Federação	Total de Entrevistados	%
Bahia	151	17,05
Rio Grande do Sul	139	15,70
Paraná	134	15,11
Ceará	108	12,24
Santa Catarina	73	8,27
São Paulo	72	8,10
Sergipe	63	7,17
Minas Gerais	58	6,58
Outros estados	88	9,61
Não Responderam	02	0,17
Total	888	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

Tabela 9 - Migrações internas, segundo estado de origem

Unidade da Federação	Nº de Migrantes	% sobre Total
Minas Gerais	58	17,22
Rio Grande do Sul	53	15,73
Paraná	53	15,73
São Paulo	32	9,49
Bahia	28	8,32
Santa Catarina	23	6,83
Pernambuco	22	6,52
Alagoas	19	5,63
Outros estados	47	13,94
Não Responderam	02	0,45
Total	337	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

Migração interestadual

Para se chegar ao perfil da migração interestadual construiu-se a Tabela 9. Verifica-se que o estado de Minas Gerais apresenta 17,22% de população migrante, seguido de perto por Rio Grande do Sul e Paraná, com 15,73% cada, identificando a importância da migração na caracterização deste sujeito social, no que tange a sua busca por trabalho e terra.

As tabelas 8 e 9, quando comparadas, indicam que o número de migrantes interestaduais atinge aproximadamente 40% do total de entrevistados e, este significativo número nos assentamentos revela a busca de fixação territorial por todo o país. Este grupo de migrantes reúne ainda nú-

cleos familiares com as maiores médias de número de pessoas na composição familiar (6,2 pessoas/família) e com o maior perfil de faixa etária (87%) entre 40 e 50 anos.

A faixa etária, quando associada ao perfil de ocupações e habilidades desenvolvidas, permite inferir sobre o processo de desconstituição laboral na agricultura, para aqueles assentados de origem rural que obtiveram a constituição de novos fazeres pelos longos períodos de permanência no urbano, bem como a sua reconstituição laboral agrícola, diante da territorialização nos assentamentos rurais.

História Ocupacional

A análise da história ocupacional dos assentados objetivou identificar a atividade predominante exercida pelos trabalhadores nos últimos cinco anos anteriores ao acampamento ou assentamento, destacando que os períodos de acampamento representam uma fase de intensa migração.

Verificou-se que do total de entrevistados, 97,81% assinalaram históricos ocupacionais ligados às atividades agrícolas, nas mais diversas formas, como: agricultor, vaqueiro, gerente de fazenda, tratorista, carvoeiro e seringueiro.

Outras categorias, apesar de pouco significativas, foram mencionadas. Dentre elas destacam-se: construção civil, comércio, indústria, funcionalismo público, emprego doméstico e garimpo.

O elevado percentual representado pelo histórico na agricultura mostra a ligação do assentado com a terra, reforçando nossas considerações acerca da origem rural dos titulares assentados. A grande maioria possui vínculo com a produção agrícola e ressalta-se que na condição de assalariado rural, foram identificados apenas 13% do total, como bóia-fria, concentrados em grande parte em São Paulo, estado que também registra o maior percentual de história ocupacional urbana com 25,40%.

Outras habilidades

O conjunto de informações levantadas permite considerar a origem do assentado e suas estratégias de sobrevivência. Neste item, foram encontradas atividades especializadas, identificadas com o setor

urbano, algumas adquiridas após o assentamento, tendo como justificativa o término de vida "errante"³ e de sua nova condição de assentado e trabalhador rural. Ressalta-se que o termo proprietário não figura entre os trabalhadores como denominação de sua nova condição social de vida.

A "negação" do conceito de proprietário reafirma a análise de Martins (1982) que define, na leitura destes trabalhadores, uma relação com a terra mediada pelo trabalho (terra de trabalho) e não pela condição jurídica de propriedade (terra de negócio) que se apresenta.

Souza & Maracci (1998) afirmam, contudo, que na luta pela terra, analisando a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), "a experiência de seus integrantes na migração coletiva dos acampamentos não os levou necessariamente a uma visão já instituída na sociedade brasileira de *direito a um pedaço de terra*, no sentido de propriedade burguesa. Pelo contrário, levou a uma visão até então não inserida nos agentes formadores de opinião (inclusive setores de esquerda) de *direito de acesso a terra*, mas com um nítido sentido de valor de uso (posse). No entanto, destaca-se que sua inserção pragmática, característica dos movimentos sociais, não aponta para o âmbito de renúncia ao conceito de propriedade, pois desejam ser proprietários, mas tal ação nova é questionar o *direito de propriedade*, negando que estivesse em uma dimensão superior ao *direito de acesso a terra*".

Esta nova condição de vida permitiu a incorporação de novas habilidades ("profissionalizações") que aliadas àquelas que já faziam parte das estratégias de sobrevivência decorrentes das interrupções dos trabalhos na agricultura (sazonalidade da atividade), ou ainda de sua saída do campo, em sua experiência laboral urbana (pedreiro, encanador, empregada doméstica, eletricista, entre outras) fazem parte de um novo conjunto de mecanismos de sobrevivência que, muitas vezes, é retomado no assentamento e que contribui na composição da renda familiar.

A pesquisa apontou, ainda, que estas rendas representam 17% da renda bruta total, um indicador da importância das atividades laborais externas aos assentamentos na manutenção destas famílias no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os processos de migração e fixação por meio de implantação dos assentamentos promovem duas direções na formação laboral da população rural. A desconstituição laboral rural agrícola, uma vez que o processo de migração conduz estes trabalhadores na direção de experiências não agrícolas que consolidam novas estratégias de vida, laborais, muitas delas essencialmente urbanas, que garantem condições de sobrevivência e que são internalizadas nos assentamentos nas relações de troca de trabalho e mesmo externamente, nestes casos, como forma de composição e ou ampliação da renda familiar.

Considerando que estas atividades representam mecanismos de fuga da miséria por conta da ausência de um efetivo programa de desenvolvimento nos assentamentos rurais, esta realidade distancia-se do modelo conceitual de pluriatividade - firmado como processo de complementação de jornada de trabalho e ou renda e fortalecimento da agricultura familiar - como tratado nas análises sobre a realidade rural européia e, de outra forma, aproxima-a da referência conceitual de precarização do trabalho e de suas relações sociais de produção, ao não conduzirem processos laborais urbanos e rurais mediados pelos direitos trabalhistas e por sua vez imprimem um abandono das atividades rurais de produção na unidade agrícola, por conta da busca pelo trabalho externo.

Esta constituição laboral urbana (não agrícola) é seguida de uma reconstituição laboral agrícola, uma vez que a territorialização do assentamento, ou fixação, tende, aos poucos, permitir a realização do trabalho agrícola de forma plena, constituindo ou reconstituindo saberes sobre o processo produtivo.

A pesquisa revelou que o próprio crédito, na elaboração e consecução de projetos técnicos, tem importância na inserção de novas tecnologias e culturas comerciais (alterando o padrão de subsistência) nos assentamentos, diferenciadas de acordo com a região e níveis tecnológico e sócio-produtivo, alterando manejos e tratamentos culturais na produção animal e vegetal; e

na introdução de derivados destas produções (verticalização/agroindustrialização), ampliando a capacidade de trabalho e por sua vez de resistência, contribuindo na consolidação da reforma agrária, na inserção de capacidades de trabalho (constituição laboral).

Outras três considerações importantes podem ainda ser extraídas: a primeira se refere à forte presença dos estados das regiões sul e sudeste nessas migrações internas, fruto das mudanças do modelo agrícola, sobretudo, nas décadas de 70 e 80, retirando contingentes expressivos de populações rurais de seus estados de origem, territorializando novas e pretéritas formas de produção e reprodução; a segunda, diretamente vinculada à primeira, diz respeito à participação do migrante na luta pela terra. Nesse ponto, a pesquisa revelou que do total dos assentados, 37,95% são migrantes. A expressividade deste dado aponta o grau de generalização do problema fundiário no território brasileiro, e "cai por terra" a tese de que existem áreas "novas", como oportunidade de trabalho (a partir das fronteiras agrícolas) que poderiam ser destinadas à Reforma Agrária.

A terceira reflexão tem como expressão mais significativa o estado de São Paulo onde, historicamente, os movimentos de luta pela terra são tomados como uma população de migrantes ("invasores"), e o estado é apresentado, normalmente, como "território ocupado", onde as condições de reprodução da força de trabalho e relações de propriedade já estariam plenamente consolidadas. Neste caso, aproximadamente 43% da população assentada tem como origem o próprio estado, o que implica em um contraponto às afirmações de que a densa malha urbano-industrial paulista e o processo de modernização agroindustrial permitiram a absorção de toda a força de trabalho local e conduziram esse grande contingente de trabalhadores urbanos e rurais, para atividades laborais não agrícolas impossibilitando-o de voltar ao campo e reconduzir processos produtivos rurais em sua plenitude.

* *Professores do Departamento de Economia Rural/UNESP – Campus de Jaboticabal.*

NOTAS

- 1 - Pesquisa realizada nos estados de AM, BA, CE, MS, PR, RO, RS, SC, SE e SP, com apoio da FAPESP, FINEP/BID e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que avaliou os resultados sócio-econômicos de projetos técnicos do PROCERA, aprovados em 1993, que já estariam implantados e em período de amortização a partir de 1996. O PROCERA foi extinto em 1999 e implantado, no mesmo ano, junto aos assentamentos rurais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - A).
- 2 - O conceito não implica em tecnificação e mecanização agrícolas, mas na execução de um conjunto mínimo de práticas de organização da produção e conservação das condições produtivas que impliquem em maior sustentabilidade da atividade agrícola na unidade de produção.
- 3 - Termo designado ao processo de migração constante (utilizado pelos próprios assentados).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRACIOLI, G.P., ALEIXO, S.S. e SOUZA, J.G. (1998) "Perfil sócio-produtivo de assentados rurais nos estado do Rio Grande do Sul e São Paulo. In: *Anais XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Presidente Prudente-SP, FCT/UNESP, pp.183-5.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999) *O novo rural brasileiro*. Campinas-SP: UNICAMP. IE. (Coleção Pesquisas, 1).
- JORGE, W.J.; SOUZA, J.G. e GEBARA, J.J. (1999) *Avaliação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA*. Jaboticabal- SP, FCAV/UNESP. (Relatório de Pesquisa).
- MARTINS, J.S. (1982) *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis, Editora Vozes.
- SOUZA, J.G., MARACCI, M.T. (1998). "Modernidad y lucha de clases" *Anais II Jornadas de Filosofia*. Valladolid, Universidad Valladolid, pp. 13-23.
- TODOROV, J.C. (Coord.) (1997). *I Censo da Reforma Agrária*. Brasília, INCRA.

estudios migratorios latinoamericanos

Una revista cuatrimestral
publicada por el
CEMLA - Centro de Estudios
Migratorios Latinoamericanos

AÑO 15

DICIEMBRE 2000

NUMERO 46

I - PROCESOS MIGRATORIOS EN AMÉRICA LATINA, Varsovia 2000

Elda Gonzalez Martinez

Presentación

Jose Antonio Vidal

El monopolio laboral español en Cuba, 1899-1933: la lucha por el control del trabajo entre cubanos y españoles

Asuncion Merino Hernando

Religiosidad e inmigración: la sociabilidad peruana en Madrid

Monica Palma Mora

La inmigración en México en la segunda mitad del siglo XX - Un estudio introductorio

Tania Regina de Luca

Inmigración y teorías antropológicas en Brasil (1910-1920)

II - ARTICULOS

Alberte Martinez Lopez

La emigración gallega a ultramar: A Coruña, 1858-1867

Alejandro I. Canales

Migración, trabajo y globalización. La segmentación laboral en la nueva economía de los EUA

Marcela Mendoza, David H. Ciscel, Barbara E. Smith

El impacto de los inmigrantes latinos en la economía de Memphis, Tennessee

Avenida Independencia, 20
1099 Buenos Aires - Argentina

E-mail: cemla@ciudad.com.ar
Internet: www.scalabrini.org/~cemla